

Exce

ma - Brasil

Valor Especial

VALOR ECONÔMICO

Domingo e segunda-feira, 2 e 3 de maio de 2004 | Valor | F1

MOTO CONTÍNUO
Fábio Giambiagi diz
que a explosão de
gastos do INSS vai
exigir nova reforma
da Previdência F6



RUMOS DA ECONOMIA

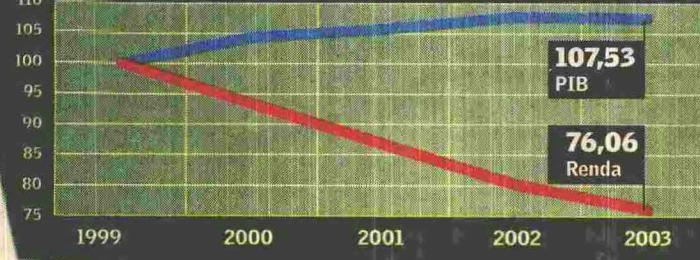
Taxa de desemprego

IBGE

Abril/2003	12,4
Maio	12,8
Junho	13,0
Julho	12,8
Agosto	13,0
Setembro	12,9
Outubro	12,9
Nov	12,2
Dez	10,9
Jan/2003	11,7
Fev	12,0
Março	12,8

Sem crescimento, sem renda*

Evolução do PIB e do rendimento (1999=100)



Fonte: IBGE, Banco Central, Seade/Dieese

*Rendimento médio real na Região Metropolitana de São Paulo/Seade-Dieese

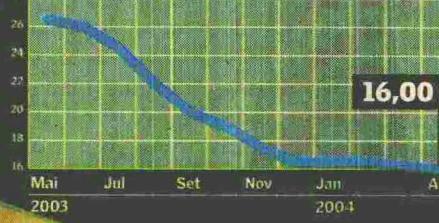
Indicadores da economia

Evolução nos últimos 12 meses

IPCA acumulado

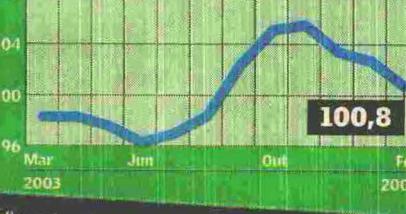


Taxa Selic



Produção Industrial

Dessazonalizada (2002=100)



Cenários em conflito

O Brasil está dividido entre o pujante setor exportador e o pobre mercado interno. Para superar a dicotomia e voltar a crescer, não há receitas novas. Por Denise Neumann

O Brasil nunca se dividiu tanto como em 2003 e início de 2004. De um lado, está o Brasil exportador, cujo crescimento tem acompanhado o ritmo chinês. De outro, o Brasil que produz e vende para o imenso — porém pobre — mercado interno.

Depois da recessão de 2003, o país caminha — embora muitos duvidem — para um crescimento entre 3,0% e 3,5% em 2004. Em nenhum momento as previsões da maioria dos analistas para o ano de 2004 foram maiores que esse intervalo. E mesmo após um início de ano mais fraco que o esperado, as projeções se mantêm no mesmo lugar em que estavam há um ano. Por que, então, o velho dilema está de volta? Por que, de novo, muitos se perguntam se o país será capaz de entrar em um ritmo de crescimento sustentado?

Para alguns, a política macroeconômica continua no rumo certo e apenas a política — e seus incidentes — turvaram a percepção e colocaram o pessimismo em marcha. Para outros, correções de rumo são necessárias. Mas o tripé metas de inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal elevado ainda é a receita preferida — e recomendada por economistas e consultores que também se perguntam por que o país não cresce. Ou será que ele está crescendo?

No ano passado, o volume de bens manufaturados exportados cresceu 21% em relação a 2002. Nos primeiros três meses deste ano, a performance se mantém: o aumento da quantidade exportada em bens manufaturados avançou mais 23% sobre 2003. No mesmo ano em que mandou celulares, aviões, automóveis, máquinas agrícolas e outros bens para o exterior, o Brasil consumiu menos comida. A quantidade de alimentos vendidos nos supermercados caiu 4,9% em 2003. No

mesmo período, a população aumentou em mais 2,2 milhões de pessoas.

“Existe um muro separando esses dois países”, diz o professor Luiz Gonzaga Belluzzo. “As condições para um crescimento mais homogêneo ainda não estão postas”, acrescenta. Ele chama atenção, justamente, para a diferença de desempenho entre os setores exportadores e aqueles voltados ao mercado interno. “Sem acidentes, o país vai crescer 3,5% este ano”, avalia.

Na sua análise, faltou uma política de curto prazo mais eficaz para estimular a economia. Os juros poderiam ter caído em uma velocidade maior e o câmbio poderia ter sido mais desvalorizado. “A política macroeconômica não mudou. O governo atual, em relação ao anterior, fez mudanças para o longo prazo”, pondera Belluzzo, lembrando da política industrial, do projeto de Parceria Público-Privada (PPP) e das negociações para alterar os critérios de contabilização dos investimentos em infra-estrutura no orçamento público.

Para Edward Amadeo, ex-secretário de Política Econômica e hoje sócio da Tendências Consultoria, o país vai crescer em 2004 e 2005. “Há condições para crescer por dois anos seguidos, sem pressões inflacionárias e sem estrangulamentos produtivos”, diz ele. “O problema é que a política embaralhou o cenário”, pondera Amadeo. Por isso, diz, o país não percebe que há boas notícias no front econômico e que a gestão macro segue competente.

Outro que espera um bom crescimento — e com sinais visíveis já no segundo trimestre deste ano — é o economista-chefe da Unibanco Asset Management, Alexandre Mathias. Ele projeta 3,5% para o ano e lembra que os dados do segundo trimestre vão apontar altas de 5% na produção industrial em relação ao mesmo

período de 2003 — o fundo do poço. “Os dados de consumo e vendas estão superiores aos de produção, indicando consumo de estoques”, pondera Mathias.

Pelos dados da pesquisa do comércio, do IBGE, as vendas internas cresceram 5,6% no primeiro bimestre em relação ao mesmo período de 2003, em volume. Na mesma comparação, a produção aumentou 2,7% na indústria. “Já estamos em um trimestre de crescimento e isso logo aparecerá nos indicadores”, sustenta o economista. Ele espera um aumento de 5,2% na produção industrial de março medida pelo IBGE. Na Tendências Consultoria, a expectativa é de um aumento de 2% sobre fevereiro na série com ajuste sazonal.

O ex-diretor do Banco Central Sérgio Werlang também projeta crescimento de 3,5% em 2003. “Todos os dados preliminares de produção industrial e também as sondagens divulgadas apontam para a recuperação da economia”, pondera ele. “E também para 2005 as indicações são de um crescimento entre 3,5% e 4,0%”, diz ele.

Na avaliação do sócio-diretor da Rosenberg & Associados José Augusto Savasini o país vai crescer menos. Ele projeta 2,8%. “Não há medidas para estimular o crescimento e fora da equipe econômica os ministérios criam intransigência nos investidores”, argumenta. Werlang concorda. Ele diz que falta ao país estabilidade de regras e segurança quanto ao direito de propriedade. “Tanto para o investimento externo como para o doméstico”, afirma.

Savasini também teme pelo crescimento futuro. O país, diz ele, precisa gerar poupança para pagar os juros de sua dívida. “E essa conta fica muito custosa se o país não cresce”, diz. Para superar esse dilema, ele propõe uma conta ainda mais pesada no curto prazo. “O Brasil precisa de um superávit fiscal ainda maior que os 4,25% para que o risco-país caia e então os juros sejam menores, abrindo espaço para um crescimento mais vigoroso”, defende ele.

A receita de um aperto maior no curto prazo — amarga para os que querem ampliação de gastos sociais — tem mais defensores. Amadeo e Werlang fazem a mesma proposta. “O percentual de 4,25% deve ser visto como piso para o superávit e não como teto”, defende Amadeo. “O nível atual é baixo. O país precisa de um superávit de 6,0% do PIB”, avalia Werlang.

Belluzzo não partilha dessa proposta. Sua receita passa por políticas cambiais e monetárias mais ágeis. Mas, lamenta ele, o governo perdeu um momento precioso. O mundo já está mais avesso ao risco e os juros americanos tendem a subir. “Desperdiçamos tempo”, diz ele, que compara o Banco Central do governo petista e o anterior, comandado por Arminio Fraga. “O comando anterior era mais flexível. O atual não quer nem usar o intervalo previsto para acomodar um choque de oferta e constranger menos a economia”, reclama ele.

Para o economista Dany Rappaport, o país poderia fazer uma redução muito mais drástica da taxa de juros. Ele argumenta que a brutal queda na renda da população — 25% nos últimos cinco anos — funcionou como um ajuste estrutural semelhante à queda de produto de outros países, onde o PIB recuou acima de 10% em um único ano. “O ajuste já foi feito. Por isso, a taxa real de juros de hoje não pode ser comparada com a de cinco anos, quando a renda real era 25% maior”, pondera.

Renda parece a palavra-chave para unir os dois Brasis. Tarefa ainda mais difícil para o ano em que as taxas de juros americanas voltarão a subir.